



## Carreira e Política: Vitórias e Derrotas do Movimento Docente

Julho de 2010... Chegamos ao final do segundo Governo Lula, e na terceira e última parcela do reajuste salarial acordado entre Ministério do Planejamento e Gestão e Proifex, em final de 2007 e início de 2008, para os professores. Sem dúvida, a reestruturação da carreira do Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT) e o Termo de Acordo então assinado foram vitórias para os professores que apostaram no diálogo, na negociação e na proposição de alternativas. Mas estas são conquistas parciais, pois embora estejamos convictos que as três etapas relativas à questão salarial sejam atendidas, nada avançou em outros pontos acordados, como a negociação da Carreira do Ensino Superior (ES) e nos ajustes que se mostraram necessários na carreira recém-estruturada do EBTT.

A situação da relação do Governo Lula com os professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) e do Ensino Básico Técnico e Tecnológico exige um olhar mais aguçado. Uma avaliação sobre o que ocorreu e o que continua a acontecer.

É inegável que nos dois mandatos do quinto presidente da Era Pós-Ditadura foi possível deixar para trás uma política sindical radical e de enfrentamentos, necessária em uma época de confrontos com o regime totalitário e militar. O fato de não existirem mais baionetas, capacetes ou coturnos restringindo a ação política dos docentes faz com que os professores das Universidades Públicas Federais não mais priorizem a realização de greves, a participação em assembleias populosas ou passeatas com palavras de ordem. Recursos antes utilizados como instrumentos imediatos de reivindicações mostraram-se desatualizados.

Muita coisa foi modificada, e o método de fazer política também mudou. É indiscutível que o Governo Lula iniciou um novo ciclo de possibilidades nas relações entre governo e os professores, através de negociações salariais e carreira, deflagradas, não como resultado final de longas greves, mas pelo diálogo e pela política. Todavia, isto não significa, nem nunca significou, que não tenhamos que permanecer atentos a todas as ações e movimentos deste, ou dos próximos governos e reagir em defesa dos princípios de respeito e dignidade aos professores das IFES, como ocorreu no último dia 22 de junho.

Nesta data, nos últimos momentos possíveis para o cumprimento do Termo de Acordo e sem ter havido quaisquer propostas, avaliações e diálogo por parte do governo, recebemos o surpreendente anúncio da equipe ministerial de que não haveria negociações para a reestruturação da carreira do ES, nem para os ajustes na carreira do EBTT. O Projeto de Lei, construído isoladamente pelo governo, já estaria pronto e seria imediatamente enviado ao Congresso Nacional.

Durante dois anos fizemos propostas, estudos e ouvimos as realidades e necessidades regionais de professores deste país e tentamos diálogo. Consideramos inaceitável o fechamento do segundo Governo Lula, em completa descontinuidade com todos os

avanços anteriormente alcançados. É grave e unilateral a desconsideração com os professores que defendem a democracia e um novo modo de fazer política. É inadmissível que toda a informação sobre a reestruturação de carreira do Ensino Superior nos seja fornecida através de um texto sintético, esquemático, e sem quaisquer detalhes - sendo rejeitável estabelecer e assinar acordos que não serão plenamente respeitados.

Para finalizar esta avaliação, lembremos quando, em 1987, foi elaborado o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE) com a participação ativa e contínua de um grupo de professores que, permanecendo em Brasília durante os meses que executavam esta missão, de lá transmitiam informações e ouviam suas bases a respeito do que estava sendo e o que deveria e poderia ser proposto. Quanta diferença!

Parece estarmos presenciando um momento de dificuldade na adoção de condutas no final deste governo. Não se trata de simples questão corporativa, mas de digna problematização do trabalho na Universidade Brasileira, instituição central e estratégica para a autonomia e soberania nacionais. É por isso que o Movimento Docente está e permanecerá vigilante, e agirá com a firmeza necessária diante dos acontecimentos.

FONTE: Diretoria da Adufrgs-Sindical